



Rearticulação Política das Classes Dominantes no Processo de Redemocratização do Brasil nos anos de 1980: A União Democrática Ruralista e o Movimento Democrático Urbano

Flávio Henrique Calheiros Casimiro¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a atuação da União Democrática Ruralista (UDR) e do Movimento Democrático Urbano (MDU) na conjuntura de rearticulação dos setores da classe dominante no Brasil, no processo de redemocratização, no final da ditadura civil-militar, instaurada com o golpe de 1964. Nesse sentido, partimos do referencial gramsciano, caracterizando essas organizações de atuação política e ideológica como aparelhos privados de hegemonia. As organizações elencadas por este estudo representam algumas das manifestações de ação política não partidária dos segmentos da direita liberal-conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos e concepção de mundo. Insere-se, portanto, em um novo *modus operandi* de atuação política e ideológica que marca as lutas de classe na conjuntura redemocratização do Brasil, a partir de meados dos anos de 1980.

Palavras-Chave: Redemocratização. Aparelhos Privados de Hegemonia. Ação Político-Ideológica.

Political Re-articulation of the Dominant Classes in the Redemocratization Process of Brazil in the 1980s: The Rural Democratic Union and the Urban Democratic Movement

Abstract: The objective of this article is to analyze the role of the Rural Democratic Union (RDU) and the Urban Democratic Movement (UDM) in the re-articulation of sectors of the ruling classes in Brazil, in the process of redemocratization, at the end of the civil-military dictatorship, implemented with the coup of 1964. In this sense, we start from the gramscian referential, characterizing these organizations of political and ideological performance as private hegemonic apparatuses. The organizations highlighted by this study represent some of the manifestations of non-partisan political action by the liberal-conservative, up-to-date, militant and often truculent right-wing groups in defense of their assumptions and world views. It is therefore inserted in a new *modus operandi* of political and ideological action that marks the class struggles in the redemocratization of Brazil, from the mid-1980s.

Keywords: Redemocratization. Private Hegemonic Apparatuses. Political-Ideological Action.

Primeiras Palavras

A conjuntura da década de 1980, com o desenrolar do processo de transição para o regime democrático que se consolida ao longo dos anos de 1990, configura-se como importante momento de transformações no cenário político, econômico e social brasileiro. Constitui-se, por sua vez, como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela construção de novos projetos de poder. Mesmo considerando todo o processo de complexificação da sociedade brasileira – com uma ampliação dos movimentos sociais e das lutas de classe nas últimas décadas – é preciso evidenciar,

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense UFF/PPGH. Professor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS/Poços de Caldas).



por outro lado, os mecanismos pelos quais a burguesia lança mão para garantir a reprodução ampliada do capital. Por conseguinte, tal processo de ocidentalização da sociedade brasileira, nos anos de 1980, assim como a conjuntura do capitalismo mundializado, apontam para a necessidade de reflexão quanto às estratégias de rearticulação da dominação de classe no Brasil.

A referida transição para o regime democrático não representou uma ruptura efetiva com as velhas forças dominantes, tampouco configurou-se como um projeto das forças progressistas e dos movimentos sociais. Na verdade, mesmo diante das intensas disputas políticas e ideológicas – tanto dentro da constituinte, como nos mais diversos espaços da vida social – podemos observar a operação de ajustes “conciliatórios”. A solução para as crises não incorporaram, de fato, os interesses subalternos, mas caracterizou-se pela acomodação e permanência das estruturas dominantes, através de uma readequação e de estratégias pactuadas pelo alto, no sentido de realizar mudanças (recuos) para se evitar transformações concretas.

Garante-se, dessa forma, o essencial da dominação com os mecanismos de expropriações sociais. Essa condição, nas palavras do sociólogo Florestan Fernandes, “engendra uma fórmula típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349).

Todavia, partimos do pressuposto de que o exercício da dominação de classe necessita fundamentalmente da existência de um Estado que dê condições e estruture o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social. Como nos diz Nicos Poulantzas (1980, p. 44): “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção”. Destarte, o papel e abrangência do Estado vai muito além da simples dominação política imediata. Como afirma Poulantzas (1980):

[...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1980, p. 17).



Esse processo de redefinição na orientação da dominação de classe, enquanto aspecto da gestão do capital, busca contemplar, mesmo que de forma parcial e distinta, os interesses das diferentes frações da burguesia. Portanto, busca agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais até os grandes latifundiários, o agronegócio, os conglomerados financeiros e industriais. Como afirma a historiadora Carla Luciana Silva, “o neoliberalismo será entendido como um processo, que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na imposição de uma cultura única” (SILVA, 2005, p. 12).

Como muito bem examinado pela historiadora Virgínia Fontes, os anos de 1970 e 1980 foram extremamente ricos no que concerne à “constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam a multiplicidade a seletividade repressiva dominante” (FONTES, 2010, p. 227). Esse desenvolvimento de entidades de classe evidenciam a complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização. Como afirma Virgínia Fontes, as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente no âmbito da sociedade civil, organizadas em aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes, durante e, naturalmente, depois do período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade civil no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do “Centrão”, força política interpartidária que lhe dava suporte (FONTES 2010, p. 242).

Por conseguinte, atuando como sustentáculos para a construção da dominação burguesa, podemos destacar a atuação de importantes entidades de caráter patronal, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso, bem como atuaram de forma pragmática nos embates políticos. Essa ação que se manifesta na *práxis* e penetra em todas as esferas da vida social, tem um caráter propositivo e organizativo, conscientemente executado por agentes e instituições, com o objetivo de defender sua posição de dominação, assim como a ampliação da acumulação capitalista.

O fato é que essa atuação não pode ser entendida como isolada. Ela remete à existência de organizações formuladoras de visões de mundo e formas de organizar a dominação, como verdadeiros estados-maiores, definindo diretrizes e estratégias de ação política e ideológica. Nesse



sentido, destacamos algumas das principais organizações empresariais brasileiras, que teriam atuado como “pivôs político-ideológicos” nos anos de 1980: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES); o Grupo de Mobilização Permanente (GMP); a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); a União Brasileira dos Empresários (UBE); a União Democrática Ruralista (UDR); o Movimento Democrático Urbano (MDU); a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD); o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN); o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); a Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI); o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi); o Instituto de Estudos Empresariais (IEE); o Instituto Liberal (IL), além de uma infinidade de instituições enquadradas entre as chamadas Fasfil e ONGs (CASIMIRO, 2016).

Por conseguinte, partimos do arcabouço teórico da tradição marxista tão lucidamente implementada pelo filósofo sardo, Antônio Gramsci, em seu instrumental conceitual extremamente complexo e que tão habilmente compreende o movimento no interior dessas relações sociais. Trata-se, portanto, de sua concepção de Estado ampliado ou integral. Com base nessa elaboração teórico-metodológica, o Estado compreende e abarca as organizações da sociedade civil que, desta feita, ampliam sua estrutura de dominação. O poder do Estado enquanto órgão e mecanismo de dominação de classe se edifica, como nos mostra Gramsci, não somente no âmbito da sociedade política e da institucionalidade do poder político, mas fundamentalmente, essa dominação está alicerçada em trincheiras avançadas na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci (2000):

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto das associações na vida civil constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (GRAMSCI, 2000, p. 24).

Organizações como a UDR e o MDU, portanto, são exemplos desses portadores materiais da sociedade civil. Com efeito, Gramsci identifica as instituições dessa natureza como “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez, ampliam o Estado (GRAMSCI, 2000, p. 48).



Uma suposta revolução contra a ordem capitalista, mesmo sendo uma ameaça extremamente remota, serve como mecanismo para reunir estratos da classe dominante, em sua heterogeneidade, muitas vezes conflitiva, em torno de um objetivo comum para garantir a acumulação ampliada de capital. Segmentos tipicamente reacionários e fortemente autoritários caracterizados pelos grandes latifundiários se articulam a estratos da burguesia industrial no sentido de ampliar sua capacidade tanto de representação política na constituinte, como nos mecanismos de produção de consenso. Ressalta-se, por sua vez, que no atual estágio do capitalismo não dá para se pensar em uma segmentação entre burguesia urbana e uma elite rural, como muito bem demonstrado pelas historiadoras Sônia Regina de Mendonça (2010 e 2017) e Virgínia Fontes (2010). O campo está altamente integrado à realidade do capital, onde o agronegócio mostra-se extremamente dinâmico em seu processo de expropriação e acumulação de capital. Nesse sentido é que buscamos demonstrar a articulação entre a União Democrática Ruralista (UDR) e o chamado Movimento Democrático Urbano (MDU), como uma das manifestações de reconfiguração das estratégias de afirmação da dominação burguesa no Brasil contemporâneo.

A União Democrática Ruralista (UDR): Articulação Política, Truculência e Autoritarismo

O debate em torno da Assembleia Nacional Constituinte representava, em meados dos anos de 1980, uma possível ameaça aos interesses dos latifundiários e empresários pecuaristas. As propostas ligadas à reforma agrária e mesmo às relações do trabalho no campo afetariam diretamente seus interesses e no quadro de acumulação, deste setor marcado, historicamente no Brasil, pela concentração fundiária, pelo conservadorismo político e pela violência.

Para além das entidades tradicionais, sindicatos rurais patronais, associações de proprietários rurais, marcadamente cartoriais e pouco efetivos na conjuntura política dos anos de 1980, representantes de determinados setores do empresariado rural buscavam uma organização que pudesse atuar político e ideologicamente no sentido de alinhar suas estratégias de poder, controle da terra, e o direito de propriedade dentro do jogo democrático.

Essa verdadeira organização do patronato rural, por conseguinte, visava articular ou unificar os grupos ruralistas, ou seja, organizar uma “união ruralista” que conseguisse mobilizar o meio agrário e foi nessa perspectiva de organização que nasceu, em maio 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). Uma organização que congregou os setores mais conservadores e



arcaicos do meio agrário, inclusive em oposição aos setores mais dinâmicos do agronegócio e os grupos ligados à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Como afirma Dreifuss (1989):

Retrógrada em seus objetivos e até violenta em seus métodos, a União Democrática Ruralista nasceu [...] para lutar com todas as armas, da intimidação ao poder econômico, não só contra as mudanças políticas e burocráticas em favor da reforma agrária – que as lideranças ruralistas consideravam “demagógica de papel” - mas também para exigir, o que seria, “a verdadeira política agrícola” (DREIFUSS, 1989, p. 69).

Três aspectos foram decisivos para a consolidação da organização política e ideológica criada pelos grandes proprietários de terra brasileiros: primeiramente, a concentração de áreas do território nacional nas mãos de grandes grupos empresariais do ramo de mineração; em segundo, o quadro de lutas pela reforma agrária que vinha mobilizando os movimentos sociais e exercendo forte pressão nos debates da Constituinte; e em terceiro a grande desunião dos representantes dos grandes latifundiários na formação de uma Frente Parlamentar Agrícola e mesmo diante da frustrada tentativa de confisco de bois gordos no pasto, durante o Plano Cruzado (DREIFUSS, 1989, p. 70).

Foi definido como primeiro presidente da entidade, o médico e grande proprietário rural, advindo de uma família tradicional na política regional de Goiás, Ronaldo Caiado, e como vice-presidente, o grande pecuarista Roosevelt Roque dos Santos. O primeiro dirigente da entidade teve papel fundamental na sua estruturação a partir da mobilização dos grandes proprietários. Dessa forma, Ronaldo Caiado, Altair Veloso e Salvador Sidney Farina percorreram o estado de Goiás, “passando por 50 cidades somente o ano de 1985, para estabelecer as bases do que seria a estrutura de empresários rurais mais organizada da História do país” (DREIFUSS, 1989, p. 69).

Diante da “tímida” proposta do governo Sarney para a reforma agrária em 1985 – como afirma Dreifuss, uma quase reedição do projeto ipesiano do Estatuto da Terra, parcialmente encampado pelo governo Castelo Branco –, o presidente da entidade afirmou que “mesmo com as mudanças feitas no plano original, esta reforma é uma ameaça” (VEJA, 16/10/1985). Ronaldo Caiado, no seu discurso de posse, também já demonstrava a tensão existente entre os grandes concentradores de terras e os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, na conjuntura de redemocratização. Nas palavras de Caiado:

Ou criamos instituições democráticas que, na medida do possível, façam com que a sociedade caminhe por si própria, fundada em princípios de eficiência, credibilidade e competência, ou assistiremos à esquerda radical, travestida de democrática, usar temas como reforma agrária, para fomentar o desentendimento entre as classes do produtor e do



trabalhador rural e, ao mesmo tempo, desestabilizar o regime e comprometer o Plano Cruzado. [...] Os fazendeiros não admitem é que a fatura dos erros acumulados todos esses anos, somados com os vícios de tecnocratas de gabinete, tenha de ser resgatada de uma só vez e precisamente pela classe produtora rural, exatamente a que mais produz e que politicamente tem menor e mais dispersa representação (CAIADO apud DREIFUSS, 1989, p. 71).

Além de recursos provenientes de doações dos próprios membros associados, a União Democrática Ruralista, para financiar suas estratégias de ação, lançou mão de diferentes recursos, como por exemplo, grandes leilões de gado no interior do estado de São Paulo e em Goiás. Em 1985, a entidade realizou em Goiânia um evento chamado de “Leilão dos Mil Bois” com a finalidade de levantar fundos para investir pesado na defesa de seus interesses, principalmente, nas campanhas eleitorais. Em dezembro do mesmo ano, a UDR organizou outro grande leilão, desta vez, com três mil animais, no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Presidente Prudente. De acordo com a revista *Veja* de 27 de novembro de 1985, “com o dinheiro, os integrantes da UDR pretendem difundir suas teses contrárias à reforma agrária e ajudar a eleger representantes dos fazendeiros à Constituinte”. Entre os dirigentes da União Democrática Ruralista, até 1988 estão, os seguintes representantes dos grandes empresários rurais.

Quadro 1 – Dirigentes da UDR (até 1988)

Dirigentes	Referências
Ronaldo Caiado	Presidente Nacional da UDR, médico e fazendeiro.
Roosevelt Roque dos Santos	Vice-presidente Nacional da UDR, dirigente regional de São Paulo, grande pecuarista com fazendas em Presidente Venceslau (SP), Anaurilândia (MS) e de São Paulo e Bela Vista (MS), com mais de 4 mil cabeças de gado.
Ana Maria Ferreira Leite Pinto	Presidente regional da UDR de Guaratinguetá em São Paulo, substituiu Roosevelt na presidência da UDR de São Paulo quando o mesmo assumiu a presidência nacional da entidade.
Feancisco Amêndola	Dirigente da UDR em São Paulo, presidente do Sindicato Rural do Vale do Rio Grande, fazendeiro.
José de Melo Dias	Diretor de assuntos Fundiários da UDR de São Paulo, fazendeiro.
René Abijaoudi	Dirigente da UDR no Estado do Rio de Janeiro, presidente da Associação de Médias e Pequenas Empresas (Ampeme), fazendeiro.
Carlos Eduardo de Salvo Souza	Dirigente da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, empresário e fazendeiro.
Alfredo Lunardelli	Membro da diretoria da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, agropecuarista.
Samir Jubran	Membro da diretoria da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, pecuarista e investidor na Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
José Resende de Andrade	Presidente da UDR em Belo Horizonte, delegado especial de polícia aposentado, secretário de Segurança Pública no governo Hélio Garcia, secretário-adjunto no governo Tancredo Neves.
Jairo Andrade	Tesoureiro da UDR de Minas Gerais, foi presidente da Associação Rural do Sudoeste de Minas Gerais, organizador de marchas “com Deus, a família, pela liberdade”, ativo nas lutas contra a ação das ligas de trabalhadores rurais.



Udelson Franco	Presidente da seção da UDR de Minas Gerais, fazendeiro.
Geraldo Figueiredo Martins	Dirigente da UDR em Belo Horizonte, do grupo dos chamados “médicos ruralistas”, médico cardiologista, proprietário de três fazendas, criador de bovinos.
José Maurício de Campos	Dirigente da UDR em Belo Horizonte, diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Estado de Minas Gerais, pecuarista proprietário de fazendas no Oeste, Norte de Minas e Triângulo Mineiro.
Gilberto Scopel de Moraes	Presidente da UDR do Rio Grande do Sul, fazendeiro, médico lecionou nas Universidades Federal do Rio Grande do Sul, de Passo Fundo e na PUC de Porto Alegre.
Rubens de Jorge Melo	Presidente da UDR do Maranhão, fazendeiro.
Luiz Rocha	Membro da UDR do Maranhão, ex-governador do estado pelo PFL (1983 - 1987), fazendeiro na região do Vale do Mearim.
Salvador Farina	Vice-presidente e diretor administrativo da UDR em Goiás, fazendeiro.

Fonte: Casimiro (2016, p. 76-77)

O Quadro 1 demonstra o perfil dos dirigentes da União Democrática Ruralista, em grande medida, composta por grandes latifundiários e empresários, o que demonstra a indissociabilidade entre setores urbanos e rurais no que concerne ao capital. Além disso, outro elemento significativo apresentado nessa relação de dirigentes é a representatividade desses integrantes em outros espaços de atuação, seja na sociedade política, ocupando cargos na administração pública ou mesmo em outros aparelhos privados de hegemonia, como a Associação de Médias e Pequenas Empresas (AMPEME), o Sindicato Rural do Vale do Rio Grande e Associação Rural do Sudoeste de Minas Gerais.

Mesmo representando diretamente os interesses de determinada fração entre grandes proprietários de terras e pecuaristas, a União Democrática Ruralista buscou ampliar suas bases de representação e consenso, garimpando outros estratos do campo, como os médios e pequenos proprietários. A entidade precisava de mais respaldo e legitimidade no quadro de lutas de classes, principalmente, contra as propostas de reforma agrária e buscou aumentar sua capacidade de mobilização incluindo proprietários de terras de menor expressão. Em suas gravações das conferências públicas da UDR, entregues ao Serviço Nacional de Informações, no ano de 1986, de acordo com a revista *Veja* (02/06/1986): “a última série de fitas mostra que a UDR está arregimentando também os médios e pequenos agricultores para lutar contra a reforma agrária”.

Enquanto intelectual coletivo a UDR buscou construir o consenso entre as diferentes frações existentes no universo de proprietários rurais, mesmo que seus interesses diverjam em diversos aspectos. A suposta “ameaça” cada vez mais próxima de uma reforma agrária, serviu como mecanismo de mobilização destes distintos estratos, como uma “causa maior” para uni-los diante



dos interesses essenciais da manutenção da propriedade privada. Da mesma forma, a UDR buscou associar-se às entidades de representação empresarial urbanas, para a ampliação de sua plataforma política, como foi o caso da sua relação com o Movimento Democrático Urbano (MDU).

Como uma contraofensiva sobre os movimentos sociais, trabalhadores rurais sem-terra e setores progressistas da Igreja Católica – com uma atuação que nessa altura já incomodava os grandes latifundiários e representantes da UDR, principalmente nas regiões norte e nordeste do país –, a União Democrática Ruralista enviou um de seus dirigentes e fazendeiro do interior de São Paulo para uma missão em Recife, que seria comprar um horário na grade de uma emissora de TV do Nordeste. O projeto foi o de organizar um programa de televisão semanal, com transmissão todos os domingos, às 7 horas da manhã, seguindo a mesma linha do programa Globo Rural. O programa seria na TV Jornal do Comércio, que recebia a programação da Rede Bandeirantes de Televisão (VEJA, 30/07/1986). O objetivo, todavia, seria o de recrutar associados para a entidade entre os fazendeiros nordestinos, assim como ampliar a difusão de seus valores e de sua defesa incondicional, inalienável e abstrata do direito à propriedade privada. Além disso, o projeto ajudaria na “orientação” dos produtores rurais na sua escolha dos “homens certos” para a composição da Constituinte.

Como parte de sua estratégia de ampliação de quadros e produção de consenso, a UDR – ainda em seu confronto com os movimentos sociais e os setores progressistas da igreja católica, principalmente os grupos ligados à Teologia da Libertação –, buscou atuar no interior de instituições religiosas ensino. De acordo com a revista Veja de 15 de outubro de 1986, foi fundada em Belém do Pará, a facção jovem da União Democrática Ruralista, integrada por filhos de membros associados da entidade na região, onde o campo de atuação estaria demarcado: “os colégios religiosos onde os professores de religião adeptos da Teologia da Libertação pregam a reforma agrária e o fim da propriedade privada. A juventude ruralista, um contingente de cinquenta rapazes, promete deter o avanço nas salas de aula das ideias progressistas da igreja”.

Um grande trunfo no início do trabalho político e ideológico da UDR, como apresentado por Dreifuss, teria sido sua forma de organização que “em momento algum’ foram realizadas reuniões nas capitais ou em grandes salões. Ao contrário: seus dirigentes foram ‘ao campo mesmo’, não fazendo ‘entidades de cúpula’ e ‘trabalhando as bases’” (DREIFUSS, 1989, p. 73). Tão



importante quanto esse trabalho com as bases, seria que, “ao contrário do tradicional estilo político dos coronéis, a nova postura desses proprietários rurais não inclui o método convencional do clientelismo pessoal, procurando estabelecer diretrizes de ação a curto, médio e longo prazos” (DREIFUSS, 1989, p. 73).

A UDR, da mesma forma que algumas das principais organizações do empresariado, entendia o quadro conjuntural como estratégico para seus interesses de classe. Dessa forma, buscava compor o quadro de delegados da Assembleia Nacional Constituinte com o maior número possível de representantes diretos ou de membros que pudessem apoiar seus interesses ligados à defesa da propriedade e à economia de mercado. Esses objetivos implicavam, por sua vez, em uma verdadeira reconfiguração do papel do Estado, no sentido de garantir a ampliação dos processos de expropriações sociais e a acumulação de capital.

O vice-presidente nacional e presidente da UDR de São Paulo, Roosevelt dos Santos estimava em julho de 1986, que a entidade conseguiria eleger diretamente cerca de 3 a 4 por cento do quadro de delegados da Constituinte e se somados aos candidatos apoiados por outros setores que comungariam do essencial dos seus interesses, como os banqueiros, os empresários industriais e o setor comercial, esse número poderia chegar a 70% (DREIFUSS, 1989, p. 82). Não satisfeitos com a postura de boa parte dos representantes dos grandes latifundiários no campo político, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado conclama seus pares à atuarem de forma mais incisiva em 1987: “temos de sair de cima do muro e mostrar a nossa força. Democracia não se faz com a paz dos cemitérios” (VEJA, 08/02/1987).

Vale a pena aqui refletir, com base na conclamação exaltada de Caiado, as diferentes apropriações e significados do conceito de democracia, acionados nessa conjuntura. Em se tratando de uma organização cujo *modus operandi* era, sem dúvidas, o autoritarismo e a coerção violenta sobre os movimentos sociais e trabalhadores rurais que lutavam pela democratização do acesso à terra no Brasil, percebe-se a captura contraditória da noção de democracia por parte do latifundiário.

Assim como a União Brasileira de Empresários (UBE), a UDR também atacou de forma veemente o trecho da proposta da Constituição referente aos direitos sociais. De acordo Roosevelt dos Santos, “imagina você, [...] se um trabalhador rural resolve cobrar, depois de 29 anos de serviço, os direitos que ele *acredita* possuir desde o primeiro dia no emprego. O produtor rural vai



ser obrigado até a vender sua terra para pagá-lo”. E, assim, define enfaticamente: “temos que tentar, através de emendas supressivas, preservar os interesses dos produtores e dos próprios trabalhadores rurais” (JORNAL DO BRASIL, 15/07/1988). Veja bem, “direitos que ele acredita possuir”, a colocação do dirigente da UDR é muito clara e objetiva em seu propósito de não reconhecer os direitos do trabalhador do campo e, buscar os meios necessários para a supressão desse item na construção da carta constituinte.

Além disso, o latifundiário Rossevelt, defendendo os interesses dos grandes proprietários, usa de uma estratégia discursivo-ideológica no sentido de tentar vender a ideia de que seria uma forma de preservar os interesses dos próprios trabalhadores rurais. Ou seja, nessa estratégia de argumentação – muitas vezes acionada pelas classes dominantes em suas propostas de reformas e “flexibilização” ou retirada de direitos sociais – a supressão dos direitos do trabalhador do campo seria uma medida que visa à melhoria das condições para os próprios trabalhadores.

Já em 1989, a grande questão colocada em debate no interior da União Democrática Ruralista foi a postura da entidade diante da eleição presidencial. A UDR que sempre investiu e primou por uma união de seus filiados para ampliar sua representatividade no campo político, acabou dividida no ano da primeira eleição direta à presidência da república, após a redemocratização. Segundo a revista *Veja* (30/12/1987) a entidade teria rachado a partir de duas correntes divergentes em relação à fundação de um partido político pela UDR e o consequente lançamento de uma candidatura para a disputa eleitoral ao cargo maior do executivo brasileiro. Haveria então uma ala por eles definida como “progressista”, liderada pelo próprio presidente da entidade, Ronaldo Caiado, que defendia a proposta de candidatura, e uma ala “conservadora” que tem suas raízes na Sociedade Rural Brasileira e na Confederação Nacional da Agricultura, que não concordavam com a proposta de um candidato próprio. A conclusão do impasse foi a de que o latifundiário Ronaldo Caiado saiu como candidato à presidência da república pelo Partido Social Democrático (PSD) na coligação com o Partido Democrático Nacional (PDN).

Enquanto intelectual coletivo, a União Democrática Ruralista compõe o quadro de reconfiguração da estratégia das classes dominantes no Brasil, no sentido de readequar-se às novas condições de acesso à sociedade política e, por sua vez, à estrutura institucional do Estado, na conjuntura de redemocratização. Apesar de não representar todo o conjunto das forças do setor



agrário brasileiro, a entidade atuou como um agente político e ideológico conservador das velhas estruturas de concentração fundiária do país, buscando apresentar-se como uma “nova” instituição de representação dos interesses dos produtores rurais.

Aliando uma atuação marcadamente violenta e retrógrada às novas formas de financiamento de candidaturas e *lobby* político, a entidade marca o processo histórico de redemocratização como uma das mais temidas, perigosas e influentes organizações conservadoras entre as classes dominantes. Por conseguinte, para muito além da produção do consenso, como apresentado no livro de Alceu Castilho, “O Partido da Terra”, a UDR lançou mão de estratégias truculentas, sendo acusada de organizar milícias com a compra de armas pelos proprietários de terra para evitar ocupações de sem-terra na década de 1980 (CASTILHO, 2012).

Por conseguinte, a atuação da UDR no campo político é considerável, tendo em vista, inclusive, seu papel na mobilização das campanhas eleitorais de seu principal dirigente e fundador, o senador, atualmente do Partido Democrata (DEM), Ronaldo Caiado, que com o apoio da organização, transita no poder desde os anos de 1980.

O Movimento Democrático Urbano (MDU): A “UDR Urbana” e os Conflitos Inter-burgueses nos Embates da Constituinte

A burguesia brasileira lançou diferentes frentes de ação política, a partir dos anos de 1980, o que denota a complexidade e a multiplicidade de organizações de representação de seus interesses no âmbito da acumulação. Frações do empresariado paulista, principalmente aqueles que se articulavam em torno do presidente da bolsa de valores de São Paulo, organizaram-se em torno da criação do chamado Movimento Democrático Urbano (MDU). A partir de posições políticas mais específicas defendidas por Eduardo Rocha Azevedo (empresário e presidente da Bolsa de Valores de São Paulo), em oposição aos interesses defendidos pelo empresariado ligado à União Brasileira de Empresários (UBE), o MDU foi fundado no dia 21 de abril de 1987, e surge no cenário político brasileiro como uma representação alternativa no interior da burguesia. Os pesados embates na elaboração da proposta Constituinte e o sentimento, entre certos grupos empresariais ligados as lideranças da BOVESPA, de que a representação do setor não estava alcançando o êxito necessário (crítica sobre a atuação da FIESP e da UBE), motivaram a criação do MDU.

A organização de empresários, principalmente de São Paulo, foi fundada pelo empresário Eduardo Rocha Azevedo que assumiu a direção da instituição. Como vice-presidente da MDU, foi



definido o nome do empresário, presidente da Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados (CNAGA) e grande criador de cavalos, José Américo Ribeiro dos Santos. Contava também com os conselheiros, Luiz Masagão, presidente da BM&F e o advogado Ricardo Portugal Gouvêa.

A entidade desenvolvia atividades para organizar suas estratégias de ação no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), pautadas em valores voltados à defesa abstrata e inquestionável do direito de propriedade e livre iniciativa. Sua atuação se dava principalmente, a partir da organização de reuniões e conferências quinzenais no Jardim Paulista em São Paulo, assim como na realização de eventos em outros estados. Além disso, o MDU produzia um jornal de tiragem quinzenal chamado “Livre Iniciativa” que divulgava os valores e as ações desenvolvidas pela instituição, bem como trazia matérias e artigos relacionados à temas políticos e econômicos de interesse do empresariado. O jornal Livre Iniciativa de 1989 traz a seguinte autodefinição da instituição: “Somos um Movimento aberto a todas as pessoas que queiram lutar a favor da Reconstrução Nacional, pois estamos vivendo uma grave crise econômica, política e, principalmente, perdendo nossos valores morais” (LIVRE INICIATIVA, Ano I, jan./1989). O discurso de cunho moralista apresenta o caráter conservador da organização empresarial em face às transformações em curso com a redemocratização e a construção da nova carta constituinte.

Nesse sentido, o tema da redução do papel do Estado (Estado minimizado ou Estado eficiente) está sempre presente no discurso da burguesia brasileira nesse contexto, e é bastante acionado pelos intelectuais do MDU. Debatendo sobre o Plano Cruzado na publicação do seu jornal “Livre Iniciativa” de janeiro de 1989, o presidente da MDU, Eduardo da Rocha Azevedo afirma que “o presidente Sarney culpou os empresários se o plano falhar”. Azevedo ainda ressalta que:

Acredito que só não irá dar certo se o Governo não cumprir a sua parte, como a demissão dos 60 mil funcionários e gastar apenas o que arrecadar. É um plano que precisa dar certo e necessita para que tal ocorra, sacrifícios por parte do Governo e dos políticos, abrindo mão de suas benesses. Se não houvesse o plano, seria o caos com a hiperinflação, pois não há no mundo um país que viva com a inflação de 30% ao mês. Estou com esperança, mas não otimista (LIVRE INICIATIVA, Ano I, jan./1989).

Uma das estratégias de composição de quadros de novos intelectuais orgânicos da instituição era o investimento na formação de jovens lideranças empresariais. Com o objetivo de ampliar suas bases de produção do consenso junto ao público universitário, o MDU criou em 1988 o chamado MDU-Jovem. O propósito segundo a própria instituição era estimular a juventude a



assumir uma postura mais ativa de participação política no Brasil. O filhote da entidade empresarial teve como primeiro presidente Ricardo Piragini. O jovem líder da entidade, na época com 23 anos, era formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), foi presidente do Interact Club Rio Branco (órgão ligado ao Rotary Club) e presidente do centro acadêmico “22 de Agosto” do Direito da PUC.

Ricardo Piragini informou que, diante da disputa eleitoral à presidência da república, o “MDU-Jovem pretende atuar em diversas áreas em 89, promovendo ciclos de debates e palestras”. Segundo o vice-presidente do MDU, José Américo, “a entidade quer fazer escola entre os jovens e por isso quando lhe fazem a pergunta sobre o que mais lhe emocionou neste ano que passou dentro do MDU. A resposta vem fácil: 'A criação do MDU-Jovem'” (LIVRE INICIATIVA, Ano I, jan./1989).

Uma das principais características do Movimento Democrático Urbano teria sido a sua aproximação e articulação com a União Democrática Ruralista. A entidade era frequentemente tratada na mídia como uma versão urbana da UDR. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado demonstra que essa relação entre as duas organizações teve um papel importante para a mobilização dos seus interesses, como afirma o dirigente: “nessa movimentação feita pela UDR no meio rural, e pelo MDU, coordenado pelo companheiro Eduardo Azevedo, as coisas começam cada vez mais a se somar e a se potencializar para que daí decole um nome (à sucessão presidencial) que seja realmente a esperança da sociedade brasileira” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/12/1987).

No Boletim Cambota (periódico de luta do campo ligado às Comissões Pastorais da Terra - CPTs) de abril de 1988, o texto traz a referência de que o jatinho fretado por quase meio milhão de cruzados para transportar de São Paulo a Pouso Alegre (MG) a comitiva que participou do lançamento nacional do Movimento Democrático Urbano (MDU) – no texto descrito como “o equivalente da União Democrática Ruralista (UDR) nas cidades” – mostrou que falta de dinheiro não será problema para essa organização montada para mobilizar o empresariado dos grandes centros na defesa da iniciativa privada e do capitalismo (BOLETIM CAMBOTA, Ano XVI, n. 144, abr./1988). Na viagem de lançamento nacional do MDU no sul de Minas Gerais, segundo o periódico, teria ocorrido o seguinte diálogo entre as lideranças das duas entidades:

Você tem de arrebentar com as CEBs (Comunidade Eclesiais de Base). Foi isso que fizemos com as CPTs (Comissões Pastorais da Terra). Hoje, damos de dez a zero nelas. O conselho



foi dado em tom franco por um dos passageiros do avião, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, a seu colega, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, líder e primeiro presidente do MDU (BOLETIM CAMBOTA, Ano XVI, n. 144, abr./1988).

As forças conservadoras da burguesia brasileira são obrigadas a adequarem-se às transformações políticas em processo e, no sentido de defender seus interesses, tão privilegiados durante o regime militar, buscam aproximação ou reforçam identidades com seus representantes políticos. No caso, os setores vinculados ao patronato rural vão se configurar na União Democrática Ruralista (UDR) e, para os estratos conservadores do empresariado urbano, um dos seus canais de atuação política foi, sem dúvida, o Movimento Democrático Urbano, MDU, uma vez que durante a ditadura militar, as burguesias “não apostaram em nenhum partido político, mesmo os de sustentação do regime autoritário” (OLIVEIRA, 1990, p. 49).

Ultrapassando o sistema de partidos, as burguesias construíram um sistema paralelo, parapolítico, que aglutina mais que os partidos políticos; e a partir do qual estruturaram sua ação política. A organização mais conhecida desse sistema paralelo é a denominada União Democrática Ruralista – UDR, que aglutina os novos empresários agrícolas do complexo agroindustrial e conseguiu o apoio dos pequenos e médios proprietários, temerosos da reforma agrária anunciada desde os primeiros anos da Nova República (OLIVEIRA, 1990, p. 49).

A relação estreita entre o MDU e a UDR vai além da disseminação de valores conservadores e da defesa incondicional da propriedade privada, mas sim, passa a assumir uma característica mais pragmática no sentido de articulação política voltada à sucessão presidencial, do ano de 1989. As lideranças empresariais da União Brasileira de Empresários (UBE) – entidade com frequência atacada pela UDR e MDU – segundo a reportagem da Folha observa com imensa desconfiança essa aliança entre a UDR de Ronaldo Caiado e o Movimento Democrático Urbano de Eduardo Azevedo. Ambos defendiam abertamente a possibilidade de as eleições presidenciais serem disputadas por candidatos “avulsos” (ou seja, nascidos fora das convenções partidárias). A grande suspeita era a de que um dos dois tentaria concorrer com o apoio do outro, à sucessão de Sarney (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/12/1987).

Já em 1989, o vice-presidente do MDU José Américo dos Santos, demonstra que a entidade estaria à procura de um nome a ser indicado pela entidade para ocupar tal posto. Nas palavras do dirigente, “devemos nos empenhar na procura do homem ideal para o posto, que hoje, para mim, esse nome é Sílvio Santos” (empresário, apresentador e dono do canal de televisão SBT). E, complementa, “não o conheço pessoalmente, mas já estou pesquisando sobre suas atividades e



ele, agradaria a todas as classes e mais ainda, tem garra e sabe o que é sofrer” observa José Américo (LIVRE INICIATIVA, Ano I, jan./1989).

O fato é que, o MDU tinha objetivos claros de participação ativa no processo eleitoral de sucessão presidencial, de 1989. Seja buscando articular-se com organizações de vocação ideológica semelhante – como é o caso de sua relação com a UDR –, seja investindo em um candidato próprio – nesse caso, tentando explorar a imagem carismática do apresentador de televisão Sílvio Santos –, o MDU via na corrida presidencial, um momento estratégico de atuação e defesa dos seus interesses.

Apresentando-se como “centro”, essa relação expressa o caráter retrógrado e autoritário, que no momento de rearranjo das forças políticas no país, representam – junto com a ABDD da direita militar, o MCRN e outros movimentos de expressão conservadora –, o rastro de continuísmo do autoritarismo almejado e defendido por setores burgueses mais reacionários, para a construção do projeto de democracia “à sua maneira”.

Tais organizações atuam, tanto no sentido doutrinário – na difusão dos valores conservadores e recrutamento de intelectuais orgânicos –, quanto na ação considerada mais pragmática de composição de quadros de deputados na constituinte, elaboração de diretrizes de ação política, intervenção e proposição de políticas públicas; assim como de ação estrutural, alicerçada em um projeto de poder.

Por conseguinte, as classes dominantes no Brasil buscam universalizar a sua concepção de mundo, no intuito de legitimar sua posição e garantir a reprodução de sua condição de privilégio, para tanto, a ampliação dos mecanismos de expropriações sociais, sempre atualizados e reconfigurados, são acionados nas mais diversas esferas da vida social e, sobretudo, por dentro do Estado. Por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, a classe dominante exerce e cobra a coerção, assim como busca “educar” a sociedade para a construção/naturalização da sociabilidade do capital. Usa de uma estratégia discursivo-ideológica de crítica ao Estado, ao mesmo tempo em que sua condição de dominação é fundamentalmente dependente da estrutura estatal, onde sociedade civil e sociedade política estão dialeticamente intrincados no Estado ampliado.

Referências

BOLETIM CAMBOTA. Ano XVI, n. 144, abr./1988.



- CASIMIRO, Flávio H. Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1905.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 25 de dezembro de 1987.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere (caderno 13)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JORNAL DO BRASIL. 15 de julho de 1988.
- LIVRE INICIATIVA. Ano I, 2ª quinzena de janeiro de 1989.
- MENDONÇA, Sônia Regina. A ABAG educadora: construindo a hegemonia do agronegócio. In: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)**. Niterói/RJ: UFF, 2017.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- SILVA, Carla Luciana de Souza. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- VEJA. 02 de junho de 1986.
- VEJA. 15 de outubro de 1986.
- VEJA. 16 de outubro de 1985.
- VEJA. 27 de novembro de 1985.
- VEJA. 30 de dezembro de 1987.
- VEJA. 30 de julho de 1986.